

## **DA DENÚNCIA ÀS REDES SOCIAIS: A (IN) VISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO COTIDIANO**

Autora: Juliana Silvestre Louven Ferreira

*Universidade Federal Fluminense july\_bff@yahoo.com.br*

### **Resumo:**

A proposta desse trabalho é investigar como a violência contra a mulher é retratada nas mídias sociais, suscitando uma reflexão se o modo como a mulher, e a questão da violência contra ela, é abordada de maneira significativa e utilizada de forma que vai prover alguma alteração dentro do aspecto social. Com esse entendimento, propõe-se com esse estudo percorrer os sinuosos caminhos da comunicação, seus limites e possibilidades na função social que assume, articulando nessa pesquisa a discussão sobre gênero e violência contra a mulher.

**Palavras-chave:** Gênero, mídia, violência contra a mulher.

### **Introdução**

A mídia se constitui um excelente campo a ser analisado por pesquisadores e pesquisadoras. O registro diário das notícias, em diferentes mídias, possibilita de forma contínua e sistemática uma série de informações sobre os fatos mais recentes, valores, ideologias, relações e práticas sociais que compõem a realidade. Analisar a dinâmica da violência que se objetiva nos processos de produção e reprodução da sociedade contemporânea mostra-se um grande desafio, considerando a diversidade e complexidade que a envolve, em especial quando a proposta dessa pesquisa é investigar como a violência contra a mulher é retratada nas mídias sociais. Estamos diante de um tema atual que se reproduz e sofre transformações sob condições--s objetivas marcadas pela sociedade burguesa, considerando as particularidades presentes na sociedade brasileira.

Considera-se a violência contra mulheres como um problema de saúde pública, a partir da sua alta prevalência e das significativas perdas para a saúde física e mental decorrentes dos maus tratos sofridos por elas. Essa violência tem sido atribuída à desigualdade nas relações de gênero assunção que parece ter excluído a necessidade de pesquisas sobre as estruturas e as dinâmicas relacionais que de alguma forma a sustentam, e o lugar ocupado pelas instituições voltadas para proteção das mulheres e reconstrução das suas trajetórias.

Entendemos a violência cometida contra a mulher enquanto expressão das relações desiguais de gênero que, associadas às desigualdades de classe e etnia estruturam as relações sociais entre homens e mulheres. É ainda considerada como uma relação de poder, de dominação do homem e de submissão da mulher. Evidencia que os papéis impostos às mulheres e homens, consolidados e reforçados, ao longo do processo histórico pela ideologia patriarcal, criam condições para as relações violentas entre os gêneros, as quase se constituem relações baseadas na dominação

e na exploração. Nessa perspectiva, a violência perpetrada contra as mulheres não se reproduz como um processo natural, mas enquanto parte constitutiva da socialização dos sujeitos.

Analisar a relação entre mídia, gênero e violência requer desvendar suas contradições, antagonismos e identificar a multiplicidade de significados que adquirem na realidade social. Fazê-la, significa evidenciar o conjunto das relações que os envolvem contrapondo-se a análises particularistas e fragmentadas da realidade.

Nesse artigo, pretendeu-se analisar mídias e redes sociais, compreendendo esses canais e sua relação no processo de disseminação da ideologia burguesa, mais precisamente, sua participação na reprodução das relações desiguais entre homens e mulheres sob a lógica do sistema patriarcal.

Considerando a complexidade da realidade, investigar e analisar esses canais não se constitui uma tarefa fácil. Para alcançar o objetivo proposto, o referido estudo teve como fundamentação metodológica um caráter descritivo, no qual os fatos relacionados à violência contra a mulher, a maneira que eles são retratados pelas mídias e pela opinião pública, foram observados, analisados, registrados, e, por fim, interpretados de forma concisa e à luz das referências de estudos de pesquisadores da temática. O levantamento bibliográfico utilizou da contribuição de vários autores, referências no Brasil e no mundo que abordam sobre a temática em questão. Entre esses autores, destaco Heleieth Saffioti (1934-2010), socióloga brasileira, investigou ao longo de sua vida a questão da violência contra a mulher e da associação entre capitalismo e patriarcado; Judith Butler, filósofa estadunidense uma das principais teóricas da questão contemporânea do feminismo, filosofia política e ética; Pierre Bourdieu (1930-2002), cientista social francês que, apesar de não ter realizado propriamente uma discussão sobre gênero, pois esse conceito não é central nos seus trabalhos, ele escreveu um trabalho altamente referenciado que traz contribuições – e problemas – dignos da discussão sobre o conceito de gênero. Portanto, é pertinente também incluí-lo nesse trabalho, entre outros autores. Além da contribuição desses autores, complementou o estudo a análise de mídias, em especial a internet, investigando os conteúdos disponíveis que servem de ferramentas para o combate à violência contra a mulher.

Ao abordar as questões de gênero como elemento de análise e reflexão teórica, é necessário observar como o gênero funciona nas relações sociais e como ele dá sentido à organização e percepção do conhecimento histórico. Scott (1995), define o gênero como:

(...) elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, o gênero implica quatro elementos relacionados entre si: primeiros símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas [...] segundo conceitos normativos que colocam em evidência interpretações do

sentido dos símbolos [...] uma noção do político, tanto quanto uma referência as instituições e organizações sociais. Esse é o terceiro aspecto das relações de gênero [...] o quarto aspecto do gênero é a identidade subjetiva (SCOTT, 1995, p.86).

Dessa forma, devemos entender a categoria “gênero” à luz das dimensões sociais, considerando que o gênero não é uma categoria isolada e sim uma relação social entre homens e mulheres que modifica e influi em outras relações e é por sua vez influenciada e modificada por elas. Ou seja, é necessário compreender as relações de gênero é uma relação social, que perpassa por outras relações sociais, como por exemplo, classe e raça.

A compreensão das relações de gênero perpassa por várias conceituações e estudos, desde a construção de papéis masculinos e femininos, do aprendizado destes que formam a identidade dos sujeitos; da sexualidade; do enfoque na violência contra a mulher; das discussões sobre as masculinidades, até as questões que conseguem relacionar gênero e poder, colocando em evidência que a subordinação feminina não é natural, estática e imutável. Com o tramitar histórico, percebe-se que as identidades não são fixas, mas mutáveis e transformáveis, além de serem plurais e diversas. Assim, vai se gestando a concepção de gênero como relacional, ou seja, pertencente às relações sociais entre os sujeitos e um modo de significar as relações de poder (COSTA; SILVERA; MADEIRA, 2015, p. 222).

Considerando que as mulheres são oprimidas enquanto mulheres e que suas trajetórias são uma prova dessa opressão, para Piscitelli (2002, p.5) “a opressão feminina devia ser mapeada no espaço em que as mulheres viviam, isto é, em suas vidas cotidianas”. Segundo Saffioti (2004), a ideia de que o patriarcado ainda é conceito válido é essencial para entendermos a subordinação das mulheres e as desigualdades estabelecidas entre homens e mulheres.

O patriarcado é um pacto masculino para garantir a opressão das mulheres. As relações hierárquicas entre os homens, assim como a solidariedade entre eles, capacitam a categoria formada por homens a estabelecer e manter o controle sobre as mulheres.

Nesse regime as mulheres são objeto de satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras. Diferentemente dos homens como categoria social, a sujeição das mulheres, também como grupo, envolve prestação de serviços sexuais a seus dominadores. Essa soma/mescla de dominação e exploração é aqui entendida como opressão (SAFFIOTI, 2004, p.105)

Assim sendo, o conceito de patriarcado permanece ainda nos dias de hoje, pois a sua base não foi destruída. Mesmo com todos os avanços obtidos na educação, trabalho e direitos, ainda presenciamos situações de opressão de mulheres. Como lembra Saffioti (2004, p.6) “se na Roma antiga o patriarca tinha direito de vida e morte sobre sua mulher, hoje o homicídio de mulheres é um crime, mas os assassinos gozam de ampla impunidade”.

## 2- A reprodução da violência e das desigualdades de gênero na mídia

A violência contra a mulher faz parte do cotidiano das cidades. É um fenômeno silenciado ao longo da história, tratado de maneira banalizada, sem importância. A violência conjugal envolve brigas, xingamentos, humilhações e vergonha e se manifesta em condições desiguais. É uma ameaça permanente.

“Violência de gênero é o conceito mais amplo, abrangendo vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio.” (SAFFIOTI, 2001, p.01)

Bourdieu apresenta, a partir de conceitos que lhe são muito importantes, o quanto a dominação masculina está incrustada em nossos modos de pensar, comportar, sentir e falar, fazendo com que a reprodução da ordem seja mantida e legitimada.

“ (...) sempre vi na dominação masculina e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento ou, mais precisamente do desconhecimento, do reconhecimento ou em última instância do sentimento. Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de aprender a lógica da dominação.” (BOURDIEU, 2005, p. 07-08)

Considerando esses aspectos, pode-se dizer que, as mídias, seja televisiva, jornalística, e atualmente as redes sociais, influenciam nos modos de relação social concernente às questões de gênero, a forma como a mulher está representada nas diferentes mídias, interferem no modo como a sociedade compreende a violência de gênero, tão presente e denunciada nos dias de hoje nas redes sociais.

Os elevados índices de violência contra a mulher fazem com que o fenômeno esteja sempre presente nas redes sociais, em diferentes meios de comunicação, em especial a televisão. Um caso que chamou muita atenção no ano de 2016 foi o estupro coletivo cometido contra uma jovem de 16 anos, que foi violentada por, pelo menos, 30 homens em uma comunidade da Zona Oeste do Rio de Janeiro. O vídeo da jovem desacordada sendo estuprada, foi amplamente divulgado através do WhatsApp e outras redes sociais, o que gerou um grande debate sobre esse episódio, com diferentes opiniões, algumas delas chocantes onde a jovem é culpada por ter sofrido tal violência.

Apesar da repercussão nacional no ano de 2016 que o estupro coletivo, citado anteriormente, teve na época, ainda surgiram novos casos, em 2017, de estupros sendo filmados e divulgados amplamente nas redes sociais.

Em maio de 2017, uma jovem de apenas 12 anos, aparece em um vídeo sendo violentada por quatro jovens. O crime ocorreu em uma comunidade da Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro. Segundo a delegada responsável pelo caso, as imagens são chocantes. O vídeo tem cerca de um minuto e mostra a vítima cercada por quatro homens nus, enquanto um outro os filma. A menina grita enquanto é estuprada e tenta esconder seu rosto com uma almofada. Apesar disso, o vídeo foi amplamente divulgado no WhatsApp e no Facebook. O que mais surpreende nesse crime é que, apesar da violência sofrida pela vítima, ela é culpabilizada por ter sofrido o estupro, como pode ser constatado nos comentários exibidos no YouTube. Uma internauta que se diz conhecida da vítima escreveu que "não é a primeira vez que ela faz isso" e que a denúncia e a repercussão do estupro é "tempestade em copo d'água". Outra diz que não houve estupro, e sim sexo consentido: "Agora os garotos se ferram... Ela tinha que chegar na mãe e na delegada, em quem for, e assumir que ela quis". Um outro disse que ela é "bem danada", e outro, que "ela estava lá porque quis". Vários pedem o link do vídeo.

Em diversos países e também no Brasil os crimes virtuais tem levado algumas vítimas ao suicídio, especialmente as mais jovens. Em novembro de 2013 duas adolescentes, uma de Veranópolis (RS) e outra de Parnaíba (PI), cometeram suicídio após descobrirem que fotos e vídeos íntimos foram compartilhados, chamando a atenção para um problema que, por ser “novo”, ainda não era devidamente visibilizado.

O ato da pessoa colocar a foto da namorada nua na internet, é um determinante para causar o efeito psicológico. Se há uma menina mais vulnerável, com baixa autoestima, que sofre bullying, ela já é uma pessoa muito mais vulnerável para lidar com aquela exposição. Ou, no caso de a mulher não ter o apoio da família, por exemplo. Isso tudo, mais o fator principal, que é a ação ilícita daquele que fez isso, vai resultar em um tipo de trauma que pode levá-la a se deprimir, ficar mais ansiosa, não querer o convívio social por um tempo, até o suicídio.

O meio virtual pode facilitar ainda processos de desumanização do outro, mobilizados com frequência para reproduzir sistemas discriminatórios baseados em gênero, raça, orientação sexual e identidade de gênero. É preciso desumanizar a pessoa para agredi-la e a internet permite que se faça isso de diferentes formas. Parece que, para abusar de alguém, geralmente, é preciso transformar a pessoa em objeto, você precisa criar distância, tem que desumanizá-la e a internet nos



permite fazer isso de modos muito específicos. Ela permite às pessoas desumanizar quem elas estão degradando, fazer de conta que essa pessoa não é real.

A escolha de um tema para estudo e pesquisa requisita percorrer algumas indagações onde percebemos as possíveis relevâncias que o mesmo possui para a sociedade. Conforme dito anteriormente, a violência contra a mulher é um produto que traz em seu seio estreita relação com as categorias de gênero, classe social e raça/etnia e suas relações de poder. A violência conjugal acontece no cotidiano de algumas mulheres como fato repetitivo, cruel e por vezes naturalizado.

Assim, observando a complexidade da problemática, buscou-se particularizar o objeto de estudo analisando as mídias, em especial como as redes sociais, um dos mecanismos que entendemos ser na atualidade um espaço de divulgação, disseminação e legitimação de valores e ideias, contribuem para a reprodução da condição de submissão das mulheres, das situações de opressão e a naturalização das variadas expressões de violência.

Diariamente, em diversos programas e, principalmente no noticiário jornalístico, reportagens sobre a violência sofrida por mulheres são difundidas sem conter elementos que esclareçam e possibilitem aos telespectadores uma compreensão mais ampla dos casos tratados. Em geral, repetem-se informações, imagens e são articulados elementos que findam por levar a conclusões apressadas ou distorcidas sobre as matérias em pauta. Dessa forma, se por um lado, a veiculação dos crimes dá visibilidade às expressões de violência e a situação de opressão vivenciada por tantas mulheres, por outro, constatamos que esta não permite uma reflexão aprofundada sobre determinantes das expressões de violência abordadas.

De acordo com Queiroz (2008), no senso comum, a violência é entendida como o uso agressivo da força física. Contudo, afirma a autora (p. 20) “[...] a violência não se limita ao uso da força física, mas a possibilidade ou ameaça de usá-la [...] constitui a dimensão de sua natureza”. Assim, associa-se intrinsecamente a ideia de poder, ao ressaltar a “possibilidade de imposição de vontade, desejo ou projeto de um ator sobre o outro”. Para a autora

“Em seu significado mais frequente, a violência quer dizer uso da força física, psicológica ou intelectual para obrigar outra pessoa a fazer algo que não está com vontade; é constranger, é tolher a liberdade, é incomodar, é impedir a outra pessoa de manifestar seu desejo e sua vontade, sob a pena de viver gravemente ameaçada ou até mesmo ser espancada, lesionada ou morta, enfim, é uma violação dos direitos essenciais do ser humano.” (QUEIROZ, 2008, p.20).

Considerando a inserção dos meios de comunicação na vida cotidiana dos sujeitos sociais, na condição de transmissores de informação e de formadores de opinião, é indispensável analisar o protagonismo que desempenham na formação da consciência coletiva, em especial no que

concerne à violência contra a mulher exposta, quase que diariamente, nas mídias e redes sociais. Tal análise implica em desvelar as formas de convencimento, visões de mundo, formas de ser coletivas e os valores implícitos no processo de construção e de difusão da informação.

A lógica mercantil que perpassa a comunicação no nosso país limita a capacidade da população ao acesso à informação crítica sobre a realidade. A forma fragmentada, manipulatória e espetacular com que as notícias são tratadas, minimizam os elementos de análise que permitam à população ver para além da imagem reproduzida, ou da fala anunciada.

As mídias ditam costumes, criam novas necessidades de consumo, influenciam nos rumos políticos das sociedades, e não raras vezes, se constituem instrumentos de negação de valores humanos genéricos como o respeito às diversidades étnicas, sociais, sexuais e de gênero (RUIZ, 2009). Contraditoriamente, em um movimento oposto, os veículos de comunicação independentes constituem alternativas às grandes corporações e a suas pautas. As rádios comunitárias figuram como bons exemplos de resistência à comunicação empresarial, mesmo sofrendo a repressão do poder público e a falta de recursos tecnológicos e financeiros (VELOSO, 2005).

O movimento organizado de mulheres historicamente, através da ocupação do espaço público, vem problematizando a condição feminina na sociedade. Desde seu surgimento, o movimento feminista reconhece o papel da mídia na produção de estereótipos de gênero. Dessa forma, a crítica ao modo como as mulheres eram representadas nos meios de comunicação, em especial na segunda metade do século XX, acompanha o processo organizativo do movimento (WOITOWICZ, 2011).

Os veículos de comunicação de massa funcionam como espaços de reprodução dos valores patriarcais onde são perpetuadas as desigualdades de gênero, raça, orientação sexual e onde a sexualidade feminina é cotidianamente explorada nos programas dos mais variados gêneros (novela, propaganda, programas de entretenimento). Desse modo, é fundamental desconstruir o sexismo presente tanto na televisão, jornais e nas redes sociais o que implica necessariamente adentrar nesse universo e dialogar com os seus meios.

A internet se tornou outro mecanismo por meio do qual se perpetuam as violências contra as mulheres. Atualmente, temos nomeada a pornografia de vingança, quando um ex-namorado ou alguém que teve acesso a uma foto íntima erótica de uma pessoa a divulga sem consentimento. Há o hackeamento de informações pessoais, por exemplo, no caso do aplicativo de táxi, e há ainda o assédio pela internet, com a difamação online. A cada dia aparece um novo tipo de violência, há uma explosão de categorias.

Padrões de masculinidade atuam para que os homens sejam maioria entre quem comete a ‘pornografia de vingança’. Para eles, muitas vezes, ter uma foto íntima divulgada não é motivo de julgamento moral, pelo contrário, trata-se de uma afirmação da sua masculinidade, uma prova da sua virilidade.

Para Maria Luiza Heilborn, antropóloga e professora associada do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/UERJ), “um dos ritos que reafirmam essa concepção de masculinidade é a iniciação sexual, fato que é amplamente divulgado pelo rapaz, e por vezes também seus familiares, entre todos os conhecidos, para provar a masculinidade e a superioridade sobre o feminino. Essa ideia de controlar é o que constitui o cerne da questão da violência no Brasil. A necessidade de exercer esse controle moral e sexual sobre a vida da mulher e da menina é o que leva o jovem a divulgar fotos íntimas da ex-companheira ou colega, ou difamá-la nas redes sociais, porque ela quis terminar o relacionamento ou não quis iniciar um.”

Apesar de dispor de alguns meios e instrumentos de articulação, politização e enfrentamento as relações desiguais de gênero, o movimento de mulheres encontra inúmeras barreiras para inserir-se nos meios tradicionais de comunicação. A questão da mídia é um problema, porque o que há de visão dominante na sociedade, faz parte dos grupos dominantes detentores dos meios de comunicação. Ainda não temos uma democratização da mídia, isso faz com que os movimentos sociais como um todo, e não só o movimento feminista, sejam criminalizados.

### **3- Tecendo redes de apoio no combate a violência contra a mulher**

Os movimentos de mulheres articulados a outros sujeitos coletivos, vêm pautando e discutindo o direito à comunicação, a democratização e o controle social dos meios de comunicação, com objetivo inibir a concentração de propriedade e a formação de conglomerados midiáticos. Entre os coletivos existentes nas redes sociais, que têm como intuito servirem de instrumentos para o combate à desigualdade de gênero, é a Agência Patrícia Galvão, criada em 2009 pelo Instituto Patrícia Galvão – Mídia e Direitos.

A Agência Patrícia Galvão produz e divulga notícias, dados e conteúdos multimídia sobre os direitos das mulheres brasileiras. Seu objetivo principal é dar maior amplitude à cobertura jornalística, influenciando no comportamento editorial sobre problemas à cobertura jornalística, propostas e prioridades que atingem 51% da população do país: as mulheres. Considerando que atualmente a internet é a principal ferramenta de busca de conteúdo de suporte editorial nas



redações, ao acessar o Portal da Agência, o profissional da imprensa encontra um conteúdo multimídia diversificado, preciso, confiável e atualizado na forma de sugestões de pauta, notícias selecionadas, indicação de fontes qualificadas, dados, pesquisas, indicadores e artigos de opinião. Nesse sentido, a Agência Patrícia Galvão contribui de forma relevante para a qualificação da cobertura jornalística sobre questões críticas para as mulheres brasileiras, produzindo notícias e conteúdos multimídia, a fim de influenciar o debate público, demandar respostas do Estado, promover mudanças na sociedade e na própria mídia.

Além desse canal, há outras iniciativas de combate à violência contra a mulher, existentes nas redes sociais. Um desses canais é o coletivo “Mete a Colher”. Criado nas redes sociais, tem como principal missão enfrentar a violência doméstica e ajudar mulheres a entender, evitar e se livrar de relacionamentos abusivos. Hoje a rede “Mete a Colher” atua no Facebook, e já conta com mais de 32 mil seguidores. Na fanpage do canal atende diariamente pedidos de ajuda de mulheres que estão passando por algum tipo de relacionamento abusivo, como também relatos de mulheres que já passaram por situações de abuso e hoje querem ajudar outras. Além das ajudas através de mensagens, existe no Facebook um grupo fechado, exclusivo para mulheres. Por lá, quase 200 mulheres se ajudam mutuamente a superarem experiências de abuso e violência doméstica, levantando a bandeira de que nenhuma mulher deve sofrer sozinha.

Percebemos que, por mais que a violência contra a mulher seja tão antiga quanto à própria existência humana, ela faz parte do cotidiano das cidades. É um fenômeno silenciado ao longo da história, tratado de maneira banalizada, sem importância, porém, atualmente cada vez mais aumenta o número de mulheres que buscam ajuda seja em delegacias, redes de apoio e até mesmo utilizando as redes sociais para denunciar as agressões sofridas.

Em maio de 2017, uma mulher com marcas de hematoma nos olhos, pescoço e braços, fez uma transmissão ao vivo no Facebook, denunciando uma agressão de seu ex-marido. O caso teve grande repercussão e chamou a atenção devido ao estado de violência sofrida pela vítima. Segundo a mulher, seu ex-marido a espancou por mais de uma hora e ninguém fez nada. “Não teve polícia e nenhum vizinho veio me socorrer”, relata a mulher no vídeo, que tem duração de 12 minutos. Para a mulher, se expor na Internet foi uma saída para se manter viva. “Sempre fui muito vaidosa e me mostrar dessa forma foi o único jeito de pedir ajuda. Eu só queria que alguém pudesse me ajudar, tinha medo de morrer”, diz. “No início, a minha sensação era de revolta e medo. Agora é de gratidão. O vídeo me ajudou muito”.

Nesse sentido, apesar das contradições existentes nas mídias em relação à questão de gênero, percebemos que a internet traz muitas possibilidades, mas também muitos desafios no que diz respeito aos direitos humanos, especialmente para mulheres, negros e outros segmentos socialmente oprimidos por sua condição enquanto grupo populacional.

A divulgação de imagens e vídeos íntimos no ambiente virtual com o objetivo de humilhar e constranger mulheres evidencia a construção social e cultural da categoria gênero. Essa prática faz com que a quebra das normas hegemônicas de sexualidade, que aprisionam a mulher em ideais de recato, privacidade e falta de direito ao prazer, resulte em punição às mulheres.

A reflexão passa pelo debate sobre a cultura da violência contra as mulheres e a conscientização das pessoas de que o espaço virtual não é descolado do mundo real e, portanto, as ações tomadas por esse meio têm consequências sérias. Assim sendo, além de leis e regulamentação, precisamos de uma educação de gênero que considere a diversidade e a pluralidade e transforme diferenças em respeito, e não em violência. Não educamos as pessoas a se comportarem no ambiente virtual. É quase como se nós pensássemos que, de alguma forma, o espaço virtual nos dá licença para nos comportarmos de uma maneira que talvez foram ou ainda seriam consideradas inaceitáveis em uma conversa física. Um dos pontos importantes nesse sentido é as pessoas serem educadas para entender que o espaço virtual é real. Não há espaço virtual que seja desconectado.

### **3- Considerações Finais**

Para combater a violência contra mulheres, é necessário principalmente que se respeite o Estado Democrático de Direito. Os direitos das mulheres só existem porque grupos feministas se articulam de acordo com as leis do Estado para reivindicar que as mulheres tenham acesso aos mesmos direitos e privilégios que os homens. A contrapartida está em respeitar os direitos fundamentais e o devido processo legal, e pressionar para que o Estado atue em favor das mulheres em vez de tratá-las como cidadãs de segunda classe.

Constatamos com o devido trabalho que a violência contra a mulher e a forma como ela é retratada na mídia, trata-se de um problema histórico e cultural do qual exige um enfrentamento diferenciado, amparando esse agressor e reeducando-o para a sociedade e não somente aplicando-lhe a punição objetiva, moral e social, visto que esse direcionamento não está

apresentando a resolução do problema, mas tão somente alimentando os sistemas Judiciários e Penitenciários, fazendo que a violência se perpetue e a criminalidade se eterniza. Dentro dessa dinâmica não somente as mulheres se tornam reféns de seus agressores, mas toda a sociedade que busca acreditar em um mundo melhor.

Compreendemos com isso que trata-se, portanto, da necessidade urgente de se construir um novo paradigma, uma nova consciência social, que possa ter reflexos jurídicos acima de tudo, para se conquistar de fato os direitos humanos não só das mulheres, mas de toda uma sociedade que grita por socorro.

Em virtude dos fatos mencionados faz-se necessário mobilizações mais efetivas para lidar com essa problemática, para isso o governo em parceria com a mídia deve realizar campanhas de combate, divulgando suas leis de proteção à mulher e disque denúncias, de forma a demonstrar o amparo do estado a quem vivencia essa situação. A mídia, como veículo de comunicação em massa e órgão formador de opinião, deve produzir ficções engajadas, filmes e novelas que mostrem essa realidade no sentido de encorajar as mulheres a lutar contra a violência e coibir atos parecidos, recriminando-os. E por fim, as ONGs devem fornecer assistência à mulher nesse período, ministrando palestras e fornecendo acompanhamento psicológico, de modo a dar mais estrutura e força para ela passar por toda essa situação traumática.

## **Referências**

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Tradução Maria Helena Kühner, 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. Cadernos Pagu, n. 11, Campinas: 1998.

COSTA, R.G; SILVEIRA, C.M.H; MADEIRA, M.A. Relações de gênero e poder: tecendo caminhos para a desconstrução da subordinação feminina. 17º Encontro Nacional da Rede Feminista e Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero. Paraíba: 2012.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Tecendo por trás dos panos: A mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

RUIZ, Jefferson Lee de Sousa. Comunicação como Direito Humano. In: Mídia, Questão Social e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2009 (p. 82-104).

\_\_\_\_\_. Serviço Social e comunicação: avanços e desafios. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS-CBAS, 13, 2010, Brasília, Anais... Brasília: 2010, CD

SAFFIOTI, Heleieth. A mulher na sociedade de classes: mito e Realidade. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

\_\_\_\_\_. O Poder do Macho. (Coleção Polêmica) São Paulo: Editora Moderna, 1987.

\_\_\_\_\_. Gênero, Patriarcado, Violência. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. Cad. Pagu n.16 Campinas: 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para os estudos históricos? Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 71- 99, 1995.

PERROT, Michelle. Minha história das mulheres. Trad. CORRÊA, Ângela M. S. São Paulo: Contexto, 2007.

PISCITELLI, Adriana. "Recriando a (categoria) mulher?" In: ALGRANTI, Leila (Org.). A prática feminista e o conceito de gênero. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002. (Textos Didáticos, n. 48).

QUEIROZ, Fernanda Marques. Não se rima amor e dor: cenas cotidianas de violência contra a mulher. Mossoró, RN: UERN, 2008

VELOSO, Ana Maria da Conceição. O fenômeno Radio Mulher: comunicação e gênero nas ondas do rádio. Dissertação de mestrado – UFPE. Recife, abril de 2005.

WOITOWICZ, Karina Janz. Imprensa feminista pós anos 1990: Ativismo midiático e novas formas de resistência. Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR, Anais do VIII Encontro Nacional da História da Mídia, Guarapuava, PR. 2011.

### **Sites pesquisados**

<http://www.mariasdaineternet.com.br>. Acesso em 08/06/2017

<http://agenciapatriciagalvao.org.br>. Acesso em 11/06/2017

<https://www.facebook.com/appmeteacolher>. Acesso em 11/06/2017

<http://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2017-05-30/mulher-denuncia-agressao-de-ex-marido-nas-redes-sociais.html>. Acesso em 03/07/2017

<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/jovem-vai-policia-e-se-diz-autor-de-video-com-adolescente-no-rio.html>. Acesso em 03/07/2017

<http://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2017-05-07/vitima-de-estupro-coletivo-na-baixada-e-insultada-na-internet.html>. Acesso em 03/07/2017